

PUC *viva*

Mural Semanal da APROPUC
e AFAPUC - Nº 307 - 15/05/2000

ELEIÇÃO PARA REITOR

Começam as discussões

Alguns setores da comunidade começaram, nesta semana, a discutir a reeleição do professor Ronca. A AFAPUC publica nesta edição um documento onde levanta alguns pontos importantes para os funcionários. Estamos publicando também uma seção especial que discute os principais questões da universidade.

Os alunos de Comunicação e Ciências Sociais estão lançando uma “candidatura” alternativa, a do aluno Zé Fernando, como forma de protesto contra a candidatura de Ronca, cuja atuação frente à Reitoria é contestada por eles.

Para os estudantes, o atual reitor está longe de ser uma unanimidade. “Pelo contrário! Foi ele o principal responsá-

vel pelo aumento das mensalidades, que hoje já estão na casa dos R\$600. Votar no Zé significa, na prática, votar nulo. A idéia é conseguir eleger, simbolicamente, um reitor dos estudantes.”

Até o fechamento desta edição, a Comissão Eleitoral ainda não havia divulgado as datas para a apresentação do programa do professor Ronca.

Inovação? Excelência?

A chapa única inscrita para o processo eleitoral na PUC-SP, denominada “Inovação e Excelência”, vem com o compromisso de dar continuidade aos trabalhos de inovação e excelência acadêmica. O que tem preocupado a diretoria da AFAPUC, ao longo deste período, é a grande ênfase dada ao campo acadêmico. Sentimos uma certa diminuição de interesse com relação a esfera administrativa, fato este comprovado através da carta programa da última eleição desta universidade, que ao que nos parece não apresenta novidades. Até porque parte do programa apresentado não foi cumprido, demonstrando a falta de interesse da Reitoria para com os funcionários desta casa.

Se a universidade precisa ser pensada num todo – professores, funcionários e alunos – como justificar que parte das propostas não foram cumpridas? Afinal, os funcionários desta universidade não podem ser pensados simplesmente sob o aspecto do famigerado Plano de Cargos e Salários.

Sob outro aspecto, não podemos deixar de destacar, também, a atual situação política que vivem milhões de

brasileiros. A universidade não se isola deste contexto.

O que não se pode permitir é que a total desmotivação, despolitização e apatia que vivemos seja trazida para dentro desta instituição. É a partir desta introdução, que a AFAPUC quer refletir.

O que significa Inovar? Ao que nos parece, significa introduzir novidades, produzir algo novo, renovar. No entanto, cabe a nós enquanto entidade representativa dos funcionários questionar: Qual é o real interesse por parte desta chapa em “inovar”? E como “inovar” algo que não foi concluído? O Plano de Cargos e Salários não foi totalmente implantado, existe uma infra-estrutura totalmente inadequada para acomodação do corpo administrativo, docente e também discente. Os equipamentos de informática completamente ultrapassados, falta uma política de informática nesta universidade, isto se afirma pelo consenso geral dos segmentos destacados neste texto.

E a “Excelência”? “Excelência” para quem? Ao que nos parece não estamos sendo contemplados com esta, já que a mesma se estende de forma ampla e

unilateral ao projeto acadêmico.

Será que não precisamos de cursos, especialização... (o corpo administrativo necessita de condições de trabalho, de suporte técnico para desempenho de suas funções, incentivo, para que assim possamos dar excelência ao nosso trabalho)? Enfim, a quem se estende essa excelência? Os funcionários estão/serão incluídos nesta dita “excelência”?

Há, ainda, uma preocupação que nos aflige. Como será a composição dos assessores das Vice-Reitorias? Nossa indagação se pauta sob a égide de que os assessores escolhidos têm agido de forma contrária e inadequada aos princípios da Reitoria.

Diante destes questionamentos que pairam sob as nossas cabeças, frente ao início do processo eleitoral que estamos vivenciando, levamos à reflexão de todos sobre que Reitoria queremos, calçados nos episódios a que estamos submetidos cotidianamente em nossa trajetória puquiãna.

Cabe aqui questionarmos novamente: Que universidade queremos? Que universidade eles querem?

Diretoria da Afapuc

A Lei de Segurança Nacional e a volta do SNI

O delegado Joel Mazo, da Polícia Federal, expressou bem a disposição do aparelho repressivo em esmagar o MST. Encaminha o inquérito contra as ocupações munido da Lei de Segurança Nacional, editada pela ditadura militar. Perguntado sobre a excrescência desse instrumento, diz: "A lei está aí para se usada". Essa frase contém a essência do momento político. O governo burguês não tem outra saída para a agravamento da crise social senão o uso do poder totalitário do Estado contra os trabalhadores.

Não foi por acaso que os chamados "democratas" fizeram a abertura política sem extirpar a estrutura montada pela contra-revolução de 1964. A Lei de Segurança Nacional foi mantida com o objetivo de ser aplicada.

Mas a Lei antitrabalhadora é apenas um aspecto da ofensiva repressiva. A criação da Abin retrata bem a necessidade de o Estado reforçar seu caráter de instrumento de ditadura de classe contra a maioria explorada. No dia 8/5, foi dado mais um passo nesse sentido com a criação de um "Subsistema de Inteligência de Segurança Pública", cujo objetivo essencial é o de preparar as condições para a repressão eficaz aos movimentos sociais. Anteriormente, informou-se sobre a formação de um departamento especializado na Polícia Federal para espionar o MST e combater o movimento.

Essa escalada se dá no interior da democracia. Não é de estranhar que FHC tenha reunido praticamente todos os partidos com representação no Congresso contra as ocupações, utilizando-se da propaganda que o MST ameaça a democracia. Estamos diante da confirmação histórica que a tal democracia não deixa de ser o exercício do poder da minoria exploradora contra a maioria trabalhadora.

Cabe ao movimento social combater essa ditadura através dos seus meios próprios de luta. É necessário constituir uma frente de todos aqueles que sabem dos perigos da escalada repressiva do governo FHC. Está de volta o imperativo de luta pela bandeiras das liberdades democráticas, como fim da LSN, da Abin (SNI), direito de greve e de manifestação.

*Erson Martins de Oliveira,
diretor da Apropuc.*

Cepe aprova novos cursos

Na reunião do Cepe, realizada dia 10/5, os conselheiros aprovaram a criação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Medicina, com área de concentração em em Clínica Médica. Serão 25 vagas oferecidas semestralmente para mestrado. Entre outros, o objetivo do programa é estudar o impacto psicossocial das doenças degenerativas, formar pessoal capacitado para o desenvolvimento da pesquisa na área, desenvolver projetos de pesquisa, como forma de contribuição cultural e social da PUC-SP à sociedade.

Trata-se do primeiro curso de pós-graduação do Centro de Ciências Médicas e Biológicas da PUC, câmpus de Sorocaba. Agora o processo será levado para exame e deliberação pelo Consun, seguindo depois para obter o parecer da Capes.

Outro curso criado pelo Cepe, foi o de Pós-Graduação Lato Sensu em Economia Social e Desenvolvimento – Especialização em América Latina, projeto do Departamento de Economia. A nova especialização da PUC terá a duração de três semestres. A coordenação do curso é da professora Regina Gadelha.

CECOM

Dia 9/5, na sala P-65 do Prédio Velho, foi realizada a

reunião do Conselho Comunitário (Cecom), em que foram discutidos assuntos diversos.

O Manifesto Contra a Violência, escrito pela presidente do Conselho Departamental da FEA, Maria Angélica Borges, e publicado no *PUCviva* da semana passada, recebeu total apoio dos integrantes do Cecom. O Manifesto fez referência ao assassinato brutal de três universitários – dois dos quais estudantes da FEA –, ocorrido recentemente no litoral paulista, e à violência crescente no Brasil.

O Conselho aprovou também a parceria do CVC com o Centro Vergueiro de Atenção à Mulher (Cevam), que vem desenvolvendo na comunidade diversas atividades relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e aids.

O vice-reitor comunitário, professor Américo de Paula e Silva, informou os presentes sobre o andamento do processo de eleição para reitor da PUC. A eleição, que, desde 1980, acontece por voto direto a cada quatro anos na universidade, novamente conta com apenas um candidato, o professor e atual reitor, Antonio Carlos Ronca. O candidato deverá realizar quatro debates eleitorais, em que apresentará seu programa de gestão e responderá às questões do público presente.

A redução já vem sendo dada

O artigo do estudante Ailton Marques "Redução Já" apresenta uma série de informações equivocadas que não condizem com a realidade.

Em primeiro lugar, não houve "mais um aumento de mensalidades" como diz o texto. No final do ano passado, os estudantes solicitaram que as negociações sobre o reajuste das mensalidades para 2000 fossem realizadas em fevereiro, em razão das férias escolares.

Para que a Reitoria pudesse aceitar essa proposta, ficou acordado que as mensalidades de janeiro e fevereiro teriam um acréscimo de 2,5%, como repasse do reajuste concedido, por dissídio, às categorias de professores e funcionários, objetivando o equilíbrio econômico-financeiro da instituição.

Em fevereiro, atendendo à reivindicação dos estudantes de "redução de mensalidades", a Reitoria concordou com um reajuste inferior à inflação medida pelo ICV/Dieese, o que, na prática, representa uma redução de mensalidade. O índice de inflação previsto era de 9% e as mensalidades foram reajustadas, para a grande maioria dos alunos, em 7,7%.

Para fazer frente à elevação dos custos da Universidade foi acordado também que os alunos ingressantes teriam uma redução sobre o reajuste aplicado em janeiro e fevereiro de mensalidades de 19,8 para 12,3%.

Adriana Ancona de Faria

Quanto ao índice de reajuste acumulado nos últimos cinco anos, o dado apresentado pelo aluno está errado. Não foi de 269% e sim de 209,11%, abaixo da inflação do mesmo período medida pelo índice ICV/DIEESE que foi de 279,41%.

Estranho o raciocínio de que a PUC, ao reajustar as mensalidades abaixo da inflação, "tornasse referência lucrativa do mercado". Tomara que fosse assim. Se o que o estudante diz fosse verdade, as demais instituições privadas de ensino superior estariam se pautando pela PUC e, com isso, praticando preços bem inferiores aos atuais. É bom lembrar que as demais instituições decidiram seus reajustes em novembro do ano passado e a PUC-SP só fechou o acordo com os estudantes em fevereiro de 2000.

Quanto a questão da dívida, que tanto preocupa o estudante, não há razão para pânico. Ela está bem equacionada. Basta lembrar a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que regularizou a dívida fiscal da PUC. Outro indicador importante é a estabilidade porque passa a instituição. Para comprová-la, basta consultar qualquer membro da comunidade.

Agora, o que não dá para aceitar são inverdades. Uma delas é dizer que "não foi construído um metro quadrado de espaço físico na PUC". Antes de fazer tal afirmação, o autor do artigo poderia

pelo menos dar uma passada, por exemplo, na Faculdade de Comunicação e Filosofia. Só lá houve uma ampliação de 2 mil metros quadrados. No total, as ampliações chegaram a 10 mil metros quadrados. Além dos 12,4 mil metros quadrados de reformas e adaptações.

Cabe lembrar ainda que a Reitoria negocia com os representantes dos alunos legitimamente eleitos, como o faz com professores e funcionários através de suas entidades representativas.

E, finalmente, se foi verdade mesmo que o autor do artigo encontrou uma colega chorando por não poder pagar a mensalidade, é lamentável que ele não a tenha ajudado, encaminhando-a ao setor de bolsas da Universidade. Esta administração reitera sua posição de não permitir que qualquer aluno deixe a PUC por não poder pagá-la.

A PUC continua fiel aos seus princípios democráticos e permanentemente voltada para as graves questões sociais vividas pelo país. Só não admite a irresponsabilidade da divulgação de informações inverídicas.

Adriana Ancona de Faria, Chefe de Gabinete da Reitoria

Os artigos publicados na seção Fala Comunidade são de responsabilidade de seus signatários.

Reestruturação produtiva e emprego na economia paulista, por Jefferson Mariano, mestrado em Economia, 16/05, às 8h.

A intervenção mínima como princípio no Direito Penal Brasileiro, por Maura Roberti, mestrado em Direito, 16/5, às 8h30.

Comércio internacional, empresas transnacionais, contrato de transferência de preços, por Lionel Nobre, mestrado em Direito, 16/5, às 9h.

Da adversidade à concessão - discursividade presidencial, por Giuliana Costa, mestrado Língua Portuguesa, 16/5, às 11h.

Teorias da tatuagem. As nazi-tatuagens, por Norval Baitello Jr., doutorado em Comunicação e Semiótica, 16/5, às 14h.

A criação de Roberto Santos em a Hora e Vez de Augusto Matraga, por Antonio S. Filho, mestrado em Comunicação, 16/5, às 14h.

Envelhecimento: reflexões dos idosos sobre as transformações do corpo, por Vania Ramos, mestrado em Gerontologia, 16/5, às 14h.

Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia, por Jorgetânia Ferreira, mestrado em História, 16/5, às 14h.

Alianças estratégicas no varejo de materiais de construção no Brasil, por Sergio Mello Jr, mestrado em Administração, 16/5, às 15h.

Relações entre o discurso da sala e sobre a sala de aula, por Fernanda Cardoso, mestrado em Linguística Aplicada ao Estudo da Linguagem, 16/5.

O meio ambiente de trabalho no direito ambiental brasileiro, por Liliâne Allodi Rossit, mestrado em Direito, 17/5, às 8h.

Atendimento bancário sob a ótica do cliente, por Anne Maia, mestrado em Administração, 17/5, às 9h.

A norma da imunidade tributária, por Andréa Pierri, mestrado Direito, 17/5, 9h.

A participação da comunidade na gestão da previdência pública e nos fundos de pensão, por Remígio Todeschini, mestrado em Direito, 17/5, às 9h.

A crise do paradigma cefalométrico na ortodontia contemporânea, por Antonio Carvalho, mestrado em Comunicação e Semiótica, 17/5, às 9h.

As manifestações precoces da psicopatologia do contato afetivo, por Mira Wajntal, mestrado Psicologia, 17/5, às 9h30.

A visita domiciliar no serviço social, por Fátima Micheletti, mestrado em Serviço Social, 17/5, às 9h30.

Considerações teóricas e proposta de aplicação aos gastos ambientais, por Benedito da Silva, mestrado em Ciências Contábeis Atuariais, 17/5, às 10h.

Equiparação salarial por identidade, por Fabíola Marques, mestrado em Direito, 17/5, às 10h30.

A inserção de supermercados da GSP na economia digital, por José Brito Jr., mestrado em Administração, 17/5, às 11h.

Impactos da Comunicação e informação nos negócios imobiliários, por Luiz Carlos Gomes, mestrado Administração, 17/5, às 11h.

Contextual da criação arquitetônica: esboços e projetos, por Ivana F. Peters,

doutorado Comunicação e Semiótica, 17/5, às 14h.

Estudo sobre Alf Ross - o direito normal no universo pré-religioso e como direito positivo, por Ana Lowenthal, doutorado em Direito, 17/5, às 14h.

Avaliação Patrimonial e do Lucro em empresas imobiliárias, por José Carvalho, mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, 17/5, às 14h.

A contabilidade de matriz e filiais, por João W. Garcia, mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais., 17/5, às 14h.

Planejamento para empresas rurais, por Manoel Santos, mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, 17/5, às 14h.

Charles Pierce e estudo do delírio na narrativa nematográfica, por José Fiks, mestrado Comunicação, 17/5, às 16h30.

A problemática paterna na potencialidade polimorfa, por Edna L. Garcia, doutorado em Psicologia Clínica, 17/5, às 17h.

Pequena e média produção de algodão, por César Gonçalves, mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, 17/5, às 18hs.

A cooperativa como alternativa de trabalho, por Maria Furquim, mestrado em Direito, 18/5, às 9h30.

Estética de uma existência, por Selma Flores, mestrado Língua Portuguesa, 18/5, 10h30.

Disputa pela direção da educação (88-99), por Salomão Hage, doutorado em Educação: Currículo, 18/5, às 14h.

Um estudo sobre o professor da rede particular de SP, por Chaim Volosco, mestrado em Psicologia da Educação, 18/5, às 14h.

Intertextualidade e mito: A hora e vez de Augusto Matraga de G. Rosa, por Neusa Hernandes, mestrado em Língua Portuguesa, 18/5, às 14h30.

Agitar, policiar, noticiar em maio de 68, por Maria Rita Assy, mestrado em Psicologia Clínica, 18/5, às 15h.

A tutela da personalidade da criança adolescente, por Adauto de A. Tomaszewski, doutorado em Direito, 19/5, às 8h.

Prisão temporária, por Carlos Kauffmann, mestrado em Direito, 19/5, às 9h.

Desigualdade das mulheres: a experiência do PT, por Maria Delgado, mestrado em Ciências Sociais, 19/5, às 9h30.

Projeto de tratamento e prevenção a dependência de drogas, por Sergio Lima, Mestrado em Psicologia Social, 19/5, às 9h30.

Formador de professores: sobre suas características e concepções sobre o CEFATI, por Zaquie Jamal, doutorado em Psicologia da Educação, 19/5, às 10h.

O crescimento e a distribuição da renda: 1960-90, por Rogério Souza, mestrado em Economia, 19/5, às 10h30.

Experiência do sagrado em biodança, por Vera Fúria, mestrado Psicologia, 19/5, 10h30.

Um estudo sobre o programa Você Decide, por Maria Otilia Storni, doutorado Ciências Sociais, 19/5, às 14h.

Produção de sentido sobre comunicação do executivo, por Astrid M. Ferreira, mestrado em Fonoaudiologia, 19/5, às 14h.

O rádio em São Paulo nos anos 30 e 40, por Geni R. Duarte, doutorado História, 19/5, 14h.

História da Iatroquímica, por Ivani Reis, mestrado em História, 19/5, às 14h.

A educação em Sorocaba entre o Império e a República, por Og Natal Menon, doutorado em História, 19/5, às 14h.

Da arguição de descumprimento de preceito constitucional fundamental, por André R. Tavares, doutorado em Direito, 19/5, às 14h30.

Ejaculação precoce e disfunção erétil: uma abordagem psicanalítica, por Cassandra P. França, doutorado em Psicologia Clínica, 19/5, às 14h30

O tribunal de missões: ecos da relação jesuítas-índios no Pará (1719-40), por Tereza C. Ribeiro, mestrado em História, 19/5, às 14h30.

Um estudo sobre os efeitos da prestação de serviços, por Vania C. Sequeira, mestrado em Psicologia Social, 19/5, às 15h.

O trabalho reúne as condições para ser submetida a banca examinadora, por Sergio de S. Camargo, mestrado em Filosofia, 19/5, às 16h.

Relações de surdos com a leitura, por Ana Claudia Frago, mestrado em Fonoaudiologia, 19/5, às 16h.

Investimentos externo em bolsas de valores no Brasil, por Maria Sodrê, mestrado em Economia, 19/5, às 19h.

A proteção ao trabalho do menor, por Adalberto Martins, doutorado em Direito, 22/5, às 8h.

Estudo da Escola de Aprendizes do Paraná e do Instituto de Porto Alegre, por Gelson Queluz, doutorado em Comunicação e Semiótica, 22/5, às 9h.

Movimentos carismáticos e neopentecostais e o capitalismo, por Cristiane Borzuk, mestrado Psicologia, 22/5, 9h30.

Ação penal no crime de falso testemunho, por Flávio F. Guimarães, mestrado em Direito, 22/5, às 9h30.

O assistente social na filantropia empresarial, por Neusa C. Pereira, mestrado em Serviço Social, 22/5, às 10h.

O sagrado no processo de cura do Hospital Geral, por Márcia Meireles, mestrado em Ciências de Religião, 22/5, às 13h.

Internet e oralidade, por Fernando F. Pachi Filho, mestrado em Comunicação e Semiótica, 22/5, às 14h.

Chora Work - diálogo entre Peter Eidennan e J. Derrida, por Martha Cardoso, mestrado em Comunicação e semiótica, 22/5, às 14h.

Velhos, cães e gatos, por Marília Berzins, mestrado em Gerontologia, 22/5, às 14h.

Jornada de humilhações, Margarida S. Barreto, mestrado Psicologia, 22/5, às 14h.

Trabalho e totalidade na ontologia do ser social de Lukács, por Maria Inês Semeghini, mestrado em Filosofia, 22/5, às 14h30.

Associação Monte Azul: o paradigma antropológico, por Doralice V. Alves, mestrado em Serviço Social, 22/5, às 14h30.

O prazer em movimento na ética de Epicuro, por Marcelo Bonachela, mestrado em filosofia, 22/5, às 16h.

Pequena e média empresa numa economia globalizada, por Maurício Manzalli, mestrado em Economia, 22/5, às 18h.

★★★ ROLA NA RAMPA

GREVE DOS PROFESSORES

Os professores e funcionários das universidades estaduais continuam em greve, reivindicando melhores salários. Os professores de 1.º e 2.º graus da rede estadual também continuam o seu movimento, com um aumento significativo nas adesões. O governador Mario Covas recusa-se a receber os professores, alegando que não tem condições de atender às suas reivindicações.

Nesta semana, novas assembleias darão continuidade aos movimentos.

Festival de Bandas

Atenção, músicos da PUC! Estão abertas as inscrições para o Festival de Bandas, promovido pelo CA Benevides Paixão. Os interessados devem entregar uma fita-demo no CA, que fica no Corredor da Cardoso, até 19/5.

As bandas inscritas se apresentarão nos bares ao redor da universidade durante uma semana, ainda sem data certa. O público votará nas melhores, que vão tocar novamente no último dia do Festival.

Vôlei

Estão abertas, até 26/5, as inscrições para o 1.º Torneio de Vôlei de Duplas, promovido pela AFAPUC. Os funcionários interessados podem se inscrever na sede da Associação, no Corredor da Cardoso. A competição se inicia em 3/6.

Eleições dos CAs

Durante esta semana, os CAs da FEA, do Serviço Social e da Filosofia estarão lançando seus editais. As eleições deverão ser no início de junho. A eleição do CA de Ciências Sociais (Cacs) será em 15 e 16/5.

Auditório Banespa

No dia 15/5, às 20h, será inaugurado na Biblioteca Nadir Kfoury (térreo do Prédio Novo) o Auditório Banespa, parceria do banco com a PUC. Nos dias 16, 17, 18 e 19, às 12h e às 19h, serão apresentados filmes nacionais e promovidos debates com seus diretores. Estarão presentes na apresentação de seus filmes os diretores: Ugo Giorgetti, Carlos Reichembach e João Batista de Andrade.

Voz

Para os interessados em (re)conhecer a própria voz, foram criadas as Oficinas de Voz 2000. Os próximos encontros serão em 19 e 26/5. Organizadas pelo GT – Voz da PUC e contando com o apoio do CVC, as oficinas acontecerão no Tuquinha, das 12h às 13h30. As inscrições podem ser feitas na sala S-16, no subsolo do Prédio Novo.

Dia do assistente social

Pela comemoração do dia do assistente social, terá início um ciclo de palestras e debates em diversas faculdades em vários pontos do Estado. Os eventos na cidade de

São Paulo acontecem entre os dias 15, 16 e 17/5. Informações na Faculdade de Serviço Social da PUC, ou pelos telefones: 3670-8254 ou 8255.

Colonização e globalização

Las Casas, Profeta de Todos os Direitos para Todos é o tema do curso que será oferecido pela parceria entre a PUC (Pastoral Universitária e Pós em Ciências da Religião) e a Escola Dominicana de Teologia (EDT). As pales-

tras do Frei Carlos Josaphat, professor da EDT e da Universidade de Friburgo (Suíça) serão na sala P-65, Prédio Velho, em 15, 22 e 29/5 e em 5, 12, 19 e 26/6, às 19h30. Informações na sala 7 (subsolo do Prédio Novo).

PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Edição:** Aldo Escobar. **Reportagem:** Nancy Galvão. **Edição de arte e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Francisco Cristovão, Madalena Guasco Peixoto, Maria da Graça Gonçalves, Anselmo Antonio da Silva. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **E-mail:** apropuc@sanef.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala 9 - Corredor da Cardoso - S.Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **E-mail:** pucviva@sanef.com.br. **PUCviva na Internet:** <http://www.pucsp.br/~afapucsp/>

PUC não tem política de extensão

A universidade necessita urgente de um salto de qualidade no tratamento acadêmico-administrativo da sua extensão universitária, visando uma política geral para todas as unidades

A ausência de uma política geral para de extensão e serviços na PUC tem impedido a exploração das potencialidades do corpo docente na universidade. A frustração da Comissão de Extensão na tentativa elementar de procurar reunir num documento todas as atividades ligadas a extensão e serviços revelou a fragmentação e a pulverização que domina este setor da universidade.

Em 1982, com a deliberação 83/82, o Consun criou a Coordenadoria Geral de Órgãos Complementares, subordinada ao Cepe. Esse órgão da PUC ficou só no papel. A deliberação foi resgatada este ano entre os documentos antigos que estavam sendo consultados para a formulação de uma proposta de política de extensão e serviços a ser levada ao Cepe.

A deliberação 83/82 está em vigor, apesar de nunca ter sido encaminhada para a existência de fato do órgão que ela instituiu. Talvez não pudesse ser diferente, pois antes haveria a necessidade de se debater e decidir qual ou quais políticas de extensão e serviços que seriam adotadas pela universidade. É bastante significativo que nem uma coisa nem outra tenha sensibilizado a comunidade acadêmica.

FRAGMENTAÇÃO

Há 20 anos, existe na universidade a necessidade de coordenar as iniciativas de socialização do know-how do trabalho de extensão e serviços, lembra o presidente da Comissão de Extensão (CE), professor Edison Nunes. Ele dá exemplos: "Cada unidade tem uma maneira de gerenciar. E o que talvez seja o problema mais emergencial, essas unidades em conjunto não se reportam a ninguém. E em particular, cada uma a seu modo, a uma instância da PUC. Então, o NTC se reporta ao Centro de Educação, o IEE se reporta à Reitoria, a Cogeae se reporta ao Cepe".

Essa situação também se reproduz em outros órgãos complementares como a Derdic, Clínica Psicológica entre outros. Isto não tira a importância social, a competência e o mérito com que as atividades dos

atuais órgãos complementares são desenvolvidas, provando que a universidade tem contribuído e muito na busca de soluções para as questões sociais.

Tentando contribuir no debate, em junho de 1993, foi realizado o 1.º Encontro de Serviços e Extensão Universitária e a partir daquele encontro foi criado o Fórum de Serviços e Extensão com o objetivo de subsidiar a definição de uma política de extensão para a universidade.

Esse fórum, coordenado pela professora Renée Zicman, tinha caráter informal e durante os seus dois anos de existência promoveu uma série de debates, trocas de experiências entre professores envolvidos com diversas atividades de extensão. Embora a contribuição para o debate, toda documentada, tenha sido importante, a iniciativa acabou se esvaziando, talvez por decorrência da falta de vontade política para se enfrentar as questões polêmicas.

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pelo menos no discurso, não tem tido opositores na universidade e os documentos acadêmicos aprovados nos conselhos superiores não deixam dúvidas sobre este princípio da instituição. No entanto, as barreiras a serem superadas para se chegar a uma prática coerente com o discurso exige um esforço coletivo magnífico.

Para a vice-coordenadora da Cogeae, professora Celeste Gama Melão, é preciso definir a política geral, mas antes de enfrentarmos as questões internas, "nos debruçarmos sobre o panorama da educação nacional de nível superior e dizer o quanto a extensão é comprovadamente um vetor educacional importantíssimo para a transformação social". Para ela, a extensão não é um mero instrumento de capacitação e sim de formação para a cidadania.

Enfatiza ainda a vice-coordenadora da Cogeae que é preciso desarmar os espíritos, romper com os preconceitos e olhar com outros olhos os horizontes da extensão. A extensão na PUC, diz a professora Celeste, não pode ser entendida como um complemento de renda salarial do professor e também não pode ser encarada como

um instrumento de negócios.

Mas o tema da extensão e serviços da PUC periodicamente volta à pauta das instâncias da instituição. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) está desenvolvendo uma discussão para definir uma proposta de desenho do serviço e da extensão universitária na PUC. A primeira rodada de debates já aconteceu na CE e seu resultado foi apresentado ao Cepe em maio. Segundo o professor Nunes, aquele desenho "visava criar algo para atender administrativamente a estrutura acadêmica da universidade, sem os órgãos complementares. O Cepe considerou o documento insuficiente". Se não entrasse na questão da organização geral da extensão não valeria a pena discutir, manifestaram-se os conselheiros.

QUESTÕES POLÊMICAS

Por outro lado, existem outras duas questões que têm entrado em cena no debate em torno da extensão universitária e gerado muita tensão. A primeira é a relação entre o contrato de trabalho do docente da PUC e a remuneração extra obtida nas atividades de extensão e serviços nos órgãos complementares, especialmente na Cogeae. Cada vez mais, tais atividades acadêmicas têm se distanciado do contrato docente, fato que mostra uma concepção que avaliza a adoção da hora-aula em contraposição a um contrato de dedicação integral e exclusiva.

A segunda, que também já foi motivo de debates no Cepe, é o número de coordenações que professores assumem nos cursos realizados através da Cogeae. Questiona-se se é compatível com a capacidade de trabalho de uma pessoa ser professor em tempo integral e ainda ser responsável por várias coordenações de cursos.

A professora Celeste entende que "é preciso que se defina o papel do coordenador de curso. Depois se poderá saber se coordenar 'x' cursos é ou não é possível. Com certeza não é possível coordenar dez cursos de cinco áreas de conhecimentos diferentes. Nós temos na Cogeae várias situações desse tipo"